acep

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2024

DO RELATÓRIO DE 2023: Os Futuros da Cooperação

“ De há dois anos a esta parte que o mundo, como o conhecíamos, está em acelerada transformação. A invasão da Ucrânia e, desde Outubro de 2023, o conflito em Gaza, têm alterado a paisagem geopolítica e desenhado novos (des)equilíbrios a nível mundial.

A União Europeia e os Estados-membros debatem, desde então, o reforço da defesa e da segurança no seu território, bem como a gestão de fluxos migratórios, erguendo cada vez mais muros. A China e a Rússia desenham novas alianças, ao mesmo tempo que a União Europeia procura manter a sua relevância no mundo.

Perante as múltiplas crises (conflitos, alterações climáticas, inflação, fluxos migratórios...), é crucial continuar a insistir no centramento do debate na defesa e promoção dos direitos humanos, em todo o lado, no Estado de Direito, na participação cidadã e nas liberdades.

Se houvesse dúvidas, a pandemia colocou a nu as inúmeras desigualdades e desequilíbrios a nível global e, desde então, que a situação não foi revertida. Há hoje mais pessoas em situação de vulnerabilidade do que há quatro anos (…) e parte cada vez maior da população mundial é afectada por conflitos ou vivendo sob regimes autoritários, sem acesso a liberdades básicas como a de expressão ou de manifestação.

Perante este cenário, 2024 é sem dúvida um ano de grande imprevisibilidade, com cerca de 70 países a ir às urnas, o que deixa em aberto a forma como determinados países (ou regiões, no caso da UE) irão reagir e decidir perante os múltiplos desafios – sociais, políticos, climáticos, económicos.

A Cooperação para o Desenvolvimento deve continuar a ser uma resposta de coerência na relação dos Estados em matéria de política externa e assente em valores como a solidariedade (palavra que parece ter caído em desuso) entre povos, o respeito pela dignidade humana e dos direitos humanos, e a defesa de bens públicos globais como a saúde e a educação.

Este será um ano em que as diferenças políticas que se vêm acentuando na UE, com o crescendo dos populismos e da extrema direita, incluindo em Portugal, exigem decisões estratégicas assentes em princípios de defesa dos direitos humanos, de protecção do espaço cívico, traduzidas em políticas e instrumentos de combate às desigualdades sem cedências ao discurso securitário e demagógico.

Essa articulação nacional e europeia passa também pelo diálogo sobre as estruturas de poder na Cooperação (e nas relações internacionais), com o aprofundamento da reflexão sobre a localização da Cooperação para o Desenvolvimento com os países parceiros (e as suas sociedades civis).

Em 2024, a par das eleições, haverá grandes conferências internacionais, sob auspício das Nações Unidas, que serão oportunidades para debater os desafios e exigir medidas e metas vinculativas, sempre que possível, para o combate às alterações climáticas (COP29), o financiamento da cooperação para o desenvolvimento (…)”.

A OPINIÃO PÚBLICA PORTUGUESA E A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE NACIONALISMOS

Na abertura do relatório sobre o ano de 2023 e perscrutando 2024 dizíamos que este seria "*um ano em que as diferenças políticas que se vêm acentuando na UE, com o crescendo dos populismos e da extrema direita, incluindo em Portugal, exigem decisões estratégicas assentes em princípios de defesa dos direitos humanos, de protecção do espaço cívico, traduzidas em políticas e instrumentos de combate às desigualdades, sem cedências ao discurso securitário e demagógico*".

Perante a grande imprevisibilidade - e ao mesmo tempo que mantínhamos o compromisso internacional de solidariedade com os povos, e de cumplicidade com as organizações parceiras nas diferentes geografias - procurámos conhecer melhor como, em Portugal, as mudanças se estavam a repercutir na forma como a população olha a Cooperação internacional para o Desenvolvimento.

De facto, a vaga populista surgida em muitos países europeus e do continente americano alastrou, com o crescendo da "agenda da (in)segurança" e a tentativa do seu relacionamento abusivo com os fluxos migratórios. A isto não é alheia a degradação da qualidade da informação nos media tradicionais e o peso crescente das redes sociais e de novos fazedores de opinião.

Em conjunto, são factores preocupantes na (de)formação da opinião pública e do risco

de adesão acrítica ao crescimento dos orçamentos militares, sem quaisquer garantias que tal não implique cortes cegos em políticas públicas de resposta a direitos sociais, tanto a nível nacional como global.

Lançámos por isso um estudo de opinião, a nível nacional, em parceria com o CEsA do ISEG e do Departamento de Ciências Sociais e Políticas do Território, da Universidade de Aveiro, o apoio financeiro do Camões IP e a colaboração de uma empresa especializada, a Aximage.

Os resultados têm elementos bastante animadores e contribuem para pôr a nu a falta de base dos argumentos sobre algumas das chamadas "percepções" – são um bom exemplo as opiniões sobre as motivações para o apoio à Cooperação para o Desenvolvimento, em que a segurança e a contenção das migrações estão reduzidas a 7% das respostas, enquanto que o combate às desigualdades e a promoção do acesso a bens públicos a nível global atingem cerca de 20% cada.

Claro que há resultados menos positivos, ou menos claros - ou o mundo não tivesse mudado neste início de século: como seja a expectativa da Cooperação para o Desenvolvimento gerar algum retorno, sem que seja claro de que retorno se trata; ou a subida de importância das empresas (ultrapassando as instituições do Estado) como actores mais eficazes, num sector em que os fins lucrativos devem estar ausentes.

Mas, no conjunto, este estudo de opinião constitui um recurso de conhecimento importante para a promoção de um estatuto adequado da política de Cooperação para o Desenvolvimento, ou também com a construção de uma sociedade assente em valores, mais consciente e exigente, defensora dos direitos humanos à escala global.

Esperamos que ele sirva o debate no campo de uma Cooperação transformadora e solidária, sobre estratégias de advocacia, sensibilização, comunicação ou de influência política, também com a colaboração dos nossos parceiros de outras geografias.

A ACEP DE PORTAS MAIS ABERTAS

RUA SÃO BENTO, 222
LISBOA

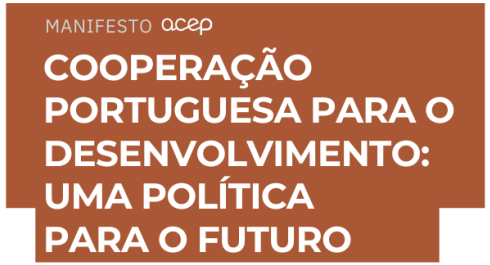
O ano de 2024 marca uma mudança importante na ACEP e na sua relação com a sociedade.
A fechar um processo iniciado antes da pandemia, a ACEP e a Câmara Municipal de Lisboa assinaram um protocolo que se traduziu na cedência de um espaço, de acesso público.

Após algumas obras de recuperação, realizadas com apoios lá sinalizados, Rua de São Santo 222 passou a ser a partir de outubro um espaço de exposições, debates nas chamadas "horas inquietas", de contacto com as edições da ACEP e de encontro de parceiros de outras geografias, passagem em Lisboa, ou de outras pessoas e instituições com quem nos relacionamos.

A localização naquela zona da cidade aproxima-nos da comunidade académica em que se insere um centro de investigação parceiro de longa data e também de iniciativas culturais diversas.

A porta aberta virada para a Assembleia da República é também um pretexto e um incentivo a um trabalho de maior proximidade com responsáveis políticos, contribuindo para reforçar as condições do trabalho de advocacia e de influência política que têm estado presentes na nossa intervenção.

PESQUISA, MONITORIA, SENSIBILIZAÇÃO E ADVOCACY



Cantos do Sul
OS DESAFIOS: REFORÇAR CUMPLICIDADES, ARRISCAR A INOVAÇÃO

As eleições legislativas de Março foram uma oportunidade para reafirmar o papel da Cooperação, como política de princípios como a solidariedade, a promoção da paz, justiça e direitos humanos à escala mundial.
A ACEP preparou um manifesto com as questões que considera prioritárias para a Cooperação para o Desenvolvimento, que partilhou com os partidos, interpelando-os a responder à questão:
A situação actual do mundo, pós-pandémica e de múltiplos conflitos, coloca a nu a questão das desigualdades, sobretudo nos chamados países em desenvolvimento. No entender do Partido ____, qual o papel da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento para melhor responder a vários dos desafios com que nos deparamos?

São Bento 222 / Horas Inquietas

Com a abertura do novo espaço, a ACEP passou a ter condições de abrir portas ao debate com diversos sectores e sobre os temas que nos preocupam. As *HORAS INQUIETAS* passaram a ser assim um tempo de encontro e refelxão e que tiveram inicio logo no mês de novembro.
Em Novembro, acolhemos a primeira sessãopara que convidámos o economista Rogério Roque Amaro e o Antropólogo Max Rúben Ramos para uma conversa sobre "as margens, de onde se vê a sociedade", a partir de dinâmicas e iniciativas em curso em diferentes bairros de Lisboa.
Em dezembro as HORAS INQUIETAS consistiram numa primeira sessão de trabalho sobre os resultados da sondagem à opinião pública sobre a Cooperação. O encontro reuniu actores relevantes da Cooperação Portuguesa (da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Camões, IP, Fundação Gulbenkian e Plataforma das ONGD). O estado foi elaborado com o apoio do Camões, IP. As conclusões constarão na publicação a ser lançada em Janeiro de 2025. A sessão foi dinamizada em conjunto com CEsA/ISEG e o DCSPT/UAveiro.

MUNDO CRÍTICO – A REVISTA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A revista Mundo Crítico, promovida pela ACEP e pelo CEsA desde 2018 é já uma iniciativa de referência no contexto da Cooperação Portuguesa. Uma revista que responde à necessidade de discussão entre actores sociais, através de uma visão crítica que explora o diálogo entre texto, imagem, arte e ciência, com um debate que incide sobretudo nas transformações económicas, sociais e políticas no mundo. A integração de diferentes editorias permite múltiplas entradas e a atracção de diferentes públicos que não o estritamente académico ou da Cooperação para o Desenvolvimento.
Em 2024, este projecto permitiu editar um número da revista, dedicado ao tema Desenvolvimento e paz em tempo de conflitos cujo lançamento aconteceu na sede do Camões, I.P., no mês de setembro. Ainda em 2024 iniciou-se o trabalho de preparação de um segundo numero, sobre o tema Mulheres, poder e lideranças, previsto para lançar no 1º trimestre de 2025.

Alfabeto da Cooperação

parceria **ACEP** Associação para a Cooperação Entre os Povos, **CEsA/ISEG** Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina do Instituto Superior de Economia e Gestão e **DCSPT/UA** Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

financiamento
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

A sensibilização da opinião pública e a monitoria de políticas públicas, nomeadamente da política da cooperação, por parte da sociedade civil, são elementos importantes no escrutínio, no reforço democrático e de participação cívica, e na promoção do debate entre os diferentes actores sobre as opções estratégicas que têm vindo a ser tomadas. Em Portugal, a cooperação para o desenvolvimento ocupa ainda um espaço muito residual no debate político e mediático e há também pouco espaço para trabalhar os diferentes ângulos da cooperação portuguesa com profissionais da comunicação social.
É, neste contexto, que uma década depois da produção do *Alfabeto do Desenvolvimento*, que teve uma grande receptividade junto de diferentes públicos em diferentes locais do país (e nos PALOP), propomos utilizar uma metodologia idêntica em torno de conceitos-chave desta vez sobre Cooperação para o Desenvolvimento. O nível de complexificação dos temas, bem como a dificuldade de os transmitir a um público alargado, tornam ainda mais premente este tipo de exercícios, envolvendo diferentes grupos-alvo, neste caso da academia e do jornalismo.
Foi realizado um inquérito de opinião que permitiu ter um conhecimento mais aprofundado sobre as opiniões e percepções da opinião pública portuguesa, face ao contributo da cooperação para o desenvolvimento. Os resultados do relatório foram publicados em *A opinião pública e a cooperação para o desenvolvimento portuguesa*, a serem apresentados na Assembleia da República no inicio de 2025.
Encontra-se em preparação a organização do albúm ilustrado (com três abordagens) *Alfabeto da Cooperação* e a organização de uma exposição itinerante do mesmo título.

Eurodad – Rede Europeia da Dívida e do Desenvolvimento

ACEP tornou-se membro da Rede Europeia da Dívida e do Desenvolvimento em 2019. Com o objetivo de fortalecer o trabalho em rede no domínio do financiamento para o desenvolvimento, a ACEP integrou, em 2023, a

candidatura ao programa europeu DEAR, de um consórcio liderado pela rede Eurodad, especializada nos dominios da dívida e do desenvolvimneto, em colaboração com oito organizações europeias. Em outubro de 2024, a ACEP assinou o memorando de entendimento que iniciou o projeto "Connecting the dots: Linking economic, gender and climate justice to tackle global challenges", aprovado pela Comissão Europeia. Este projeto visa promover a produção e partilha de conhecimento sobre as causas e interligações dos desafios globais, como a crise climática, a crise da dívida e a proliferação de tensões e conflitos a nível internacional.Após esta fase inicial, a ACEP participou numa reunião inaugural em Bruxelas, onde as principais partes interessadas se reuniram para definir as metas, objetivos e expectativas do projeto. No âmbito deste projeto, a ACEP promoveu já a 8.ª edição das Parcerias Jornalismo e Desenvolvimento, com o intuito de incentivar a realização de reportagens sobre justiça económica, climática e de género em países africanos, tendo selecionado duas propostas para esta edição. Este projeto terá a duração de quatro anos e permitirá à ACEP aprofundar o seu trabalho de análise, advocacia e influência política a nível nacional e europeu.

DIREITOS HUMANOS

Guiné-Bissau / Casa dos Direitos

site **www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com**
parceria **ACEP** Associação para a Cooperação Entre os Povos, **AMIC** Associação dos Amigos das Crianças, **AMPROCS** Associação de Mulheres Profissionais da Comunicação Social, **LGDH** Liga Guineense dos Direitos Humanos, **MIGUILAN** Mindjeris di Guiné Nô Lanta, **RENAJ** Rede Nacional de Juventude, **RENLUV** Rede Nacional de Luta contra a Violência baseada no Género e Criança e a **Tiniguena – Esta Terra é Nossa**

financiamento
Camões IP, Fundação Calouste Gulbenkian

Criada em fevereiro de 2012 por um conjunto de organizações maioritariamente guineenses, com o objectivo de criar um espaço em rede de promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento e que permitisse acolher a sede nacional da liga Guineense de Direitos Humanos. A Casa dos Direitos tem sido nestes 13 anos um marco histórico na Guiné-Bissau, onde se articula a promoção dos direitos, através de iniciativas de advocacia, sensibilização e influência politica, com a denúncia das violações dos direitos, em particular os direitos das mulheres, das crianças, os direitos cívicos, incluindo liberdade de informação e expressão. Tem igualmente sido abrigo para abrigo de activistas e membros da sociedade civil comprometidos com a denúncia e promoção dos direitos no país. ACasa dos Direitos dinamiza todos os anos a Quinzena dos Direitos, em articulação com os membros do consórcio e outras organizações nacionais e internacionais que se associam (entre 30 a 40 nos últimos anos). A situação política do país, não permitiu, porém, a realização no final de 2023 a 10.º Quinzena dos Direitos, pelo que em 2024 se realizaram duas edições, no inicio e no final do ano. A ACEP tem procurado continuar a apoiar o funcionamento da Casa, a partir de projectos financiados sobretudo pela Cooperação Portuguesa.

MANIFESTO PELA LIBERDADE, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

No final da Quinzena dos Direitos, um grupo de 26 personalidades de 10 nacionalidades tornaram público no Dia Internacional dos Direitos Humanos um manifesto que apela ao respeito pela liberdade, democracia e direitos humanos na Guiné-Bissau. Em 10 pontos, os subscritores reafirmam que a democracia é o único caminho legítimo para o progresso, a estabilidade e o respeito pelos direitos humanos e reconhecem igualmente o papel dos meios de comunicação social para o exercício da liberdade de expressão e acesso à informação. Exortam ainda a comunidade internacional, e nomeadamente os seus representantes no país, para que contribuam activamente para proteger e promover a democracia, a ação cidadã e a liberdade de expressão.

Observatório das Mulheres

parceria **ACEP Associação para a Cooperação Entre os Povos, LGDH Liga Guineense dos Direitos Humanos, AMPROCS Associação de Mulheres Profissionais da Comunicação Social e MIGUILAN Mindjeris di Guiné Nô Lanta**
financiamento
Camões – Instituto da Cooperação e da Língua

No início de 2024 a ACEP propôs para inanciamento ao Camões IP, na linha de financiamento de projectos de Género, uma nova iniciativa em parceria com algumas das organizações membros da casa dos Direitos. Essa proposta veio a ser aprovada para se inicia nos últimos meses do ano.
Esta iniciativa aproveita da experiência inovadora da concepção e criação, em 2013 do Observatório dos Direitos, adaptando-a ao domínio da situação da mulher na Guiné-Bissau. O projecto inclui na primeira fase a criação de instrumentos de recolha de dados sobre o tema a nível de todas as regiões do país, a formação de antenas em todas as captais regionais e no Sector Autónomo de Bissau e a realização do inquérito. Ao apuramento dos dados irá seguir-se a realização de vários produtos, em particular um relatório de análise e uma exposição que torne os resultados acessíveis à população. Inclui também uma componente de trabalho jornalístico que se inicia com uma bolsa de criação jornalística sobre o tema da mulher na Guiné-Bissau.

Guiné-Bissau / Direitos Humanos em Risco na Guiné-Bissau: Pesquisa, Advocacia, Sensibilização e Comunicação

parceria **ACEP** Associação para a Cooperação Entre os Povos, **LGDH** Liga Guineense dos Direitos Humanos

financiamento
Camões – Instituto da Cooperação e da Língua

No actual contexto político e social da Guiné-Bissau, que se caracteriza por um agravamento progressivo da situação dos direitos humanos e para os seus defensores, urge reforçar as condições de intervenção da organização de referência na denúncia, defesa e promoção dos direitos humanos no país – a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH). Esta abordagem passa pelo reforço de algumas componentes de trabalho da organização, nomeadamente da pesquisa, comunicação, da influência política e *advocacy*. Em 2023, foi retomada uma das iniciativas emblemáticas da LGDH, que se traduziu na publicação do *Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-*

Bissau 2020-22: Resistir ao Autoritarismo, Reviver Cabral, que veio a ser apresentado em Bissau e em Lisboa em Janeiro de 2024. A apresentação em Lisboa, realizada no Museu do Aljube e da Resistência contou com a participação do Presidente da Liga Guineense de Direitos Humanos e o Vice-Presidente do Camões IP.

Em 2024 o trabalho de pesquisa focou-se no tema da situação das indústrias extrativas, analisando as explorações existentes, as situações de conflito e dos direitos das comunidades. O relatório foi elaborado pela consultora guineense Carmelita Pires.

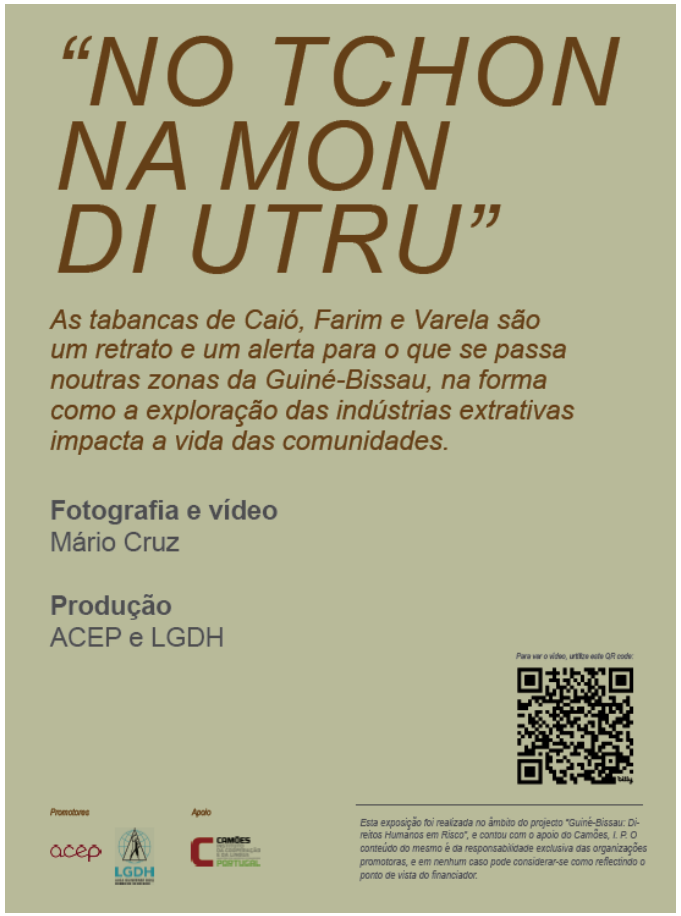
O relatório sobre as indústrias extractivas foi acompanhado por exposição fotográfica e três curtos vídeos realizados pelo fotógrafo português Mário Cruz e que, em conjunto, foram apresentados na Quinzena dos Direitos, em dezembro de 2024.

Estes relatórios passaram a ter divulgação que ultrapassa as fronteiras do país e estão a ser divulgados nomeadamente junto das instituições africanas especializadas (o da situação de direitos humanos teve aliás uma edição em língua inglesa para o efeito).

O prémio Jornalismo e Direitos Humanos teve nova edição e foi atribuído no dia internacional de direitos humanos, em Dezembro.

Em articulação com especialistas de diversas áreas, a LGDH elaborou também um conjunto de 20 propostas para a melhoria da situação dos direitos humanos no país.

Prosseguiu o programa de rádio sobre os temas dos direitos, numa rádio de alcance nacional, a Rádio Sol Mansi. O programa fica disponível em *podcast*.



Países de Língua Portuguesa / Vozes de Nós

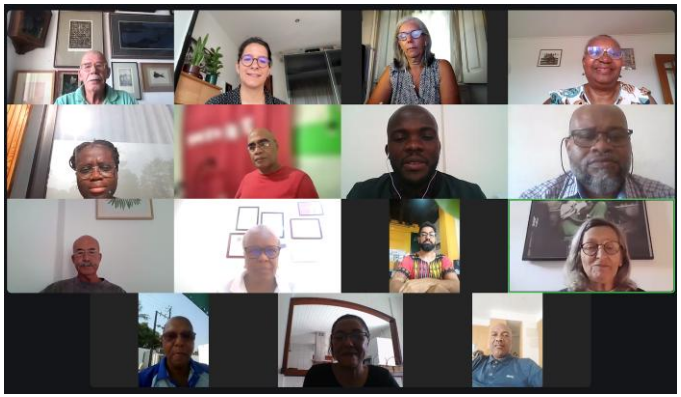
site **www.vozes-de-nos.blogspot.com**

parceiros **ACEP**, **ACRIDES** – Associação Crianças Desfavorecidas, **AMIC** – Associação dos Amigos da Criança, **CRIA** – Centro de Referência Integral de Adolescentes, **FCJ** – Fórum Comunicação e Juventude, **FNF** – Fundação Novo Futuro, **MDM** – Meninos De Moçambique, **Okutiuka**
financiamento CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

No ano de 2024 foi formalizada e aprovada a 5ª fase do projeto *Meninos de Rua*, que permite dinamizar a *Rede Vozes de Nós*, com financiamento disponibilizado por Portugal e pelo Brasil. Esta fase desencadeou-se a partir do 2º semestre de 2024 através da realização do primeiro resultado esperado e comprometido - a produção conjunta em co-autoria do *Diagnóstico inicial: As organizações no enfrentamento da pandemia*. Esse resultado foi obtido até ao final do ano de 2024, viabilizando assim a sua edição no início de 2025.

Em simultâneo foi também produzida e editada uma componente qualitativa audiovisual com testemunhos de todos os países.

Os restantes resultados previstos para esta 5ª fase incluem a realização do Encontro presencial em Díli, marcado para maio de 2025. Neste encontro prevê-se a elaboração de 1 roteiro de trabalho futuro para a Rede Vozes de Nós, com definição das prioridades para os próximos anos e metas para o futuro imediato. Inclui ainda a elaboração e encaminhamento de uma proposta de documento de política no domínio dos direitos das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade ao nível da CPLP. Durante todo o ano de 2024 prosseguiram os contactos e interações entre os parceiros na preparação e concretização dos resultados, em procedimentos muito intensificados durante a elaboração do Diagnóstico inicial sobre a situação pós-Covid.



SOCIEDADE CIVIL E GOVERNAÇÃO

S. Tomé e Príncipe / Sociedade Civil pelo Desenvolvimento:

_ Observatório das Políticas Públicas

_ Melhor Governação, Mais Direitos, Mais Cidadania

parceiros **ACEP**, **AJS** Associação de Jornalistas Santomenses, **ASMJ** Associação Santomense de Mulheres Juristas e **FONG-STP** Federação das ONG em São Tomé e Príncipe
financiamento Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e União Europeia

Iniciado há mais de uma década pela ACEP em parceria com a FONG-STP, o programa Sociedade Civil pelo Desenvolvimento mantém-se como uma das principais linhas de trabalho em São Tomé e Príncipe, com dois projectos actualmente activos e complementares: Observatório das Políticas Públicas e da Governação de São Tomé e Príncipe e Melhor Governação, Mais Direitos, Mais Cidadania, cofinanciados pela Cooperação Portuguesa e pela União Europeia. Neste ano de 2024 teve inicio uma actividade inovadora de criação de um Observatório dos Direitos, com a realização do 1º Relatório sobre Acesso aos Direitos no país, a finalizar um processo de concepção de indicadores, acções de formação em recolha e tratamento de dados destinadas a inquiridores. Este Relatório vai contribuir para uma análise mais informada e participada sobre a realização efectiva dos direitos humanos no país.
Por necessidade de articulação com calendários do financiamento, realizaram-se duas Quinzenas da Cidadania, que são já um marco no trabalho colaborativo de advocacia no país. Em Janeiro de 2024, teve lugar a 5.ª sob o tema Cultura e Direitos Humanos, reunindo diversas OSC, representantes institucionais, artistas e activistas. Já em Novembro, realizou-se a 6.ª edição subordinada ao lema Vida Digna e Participação, no âmbito dos dois projectos acima referidos. Ambas as edições reforçaram a Quinzena como um espaço plural de debate, divulgação artística e mobilização cidadã.

Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe / Construir em Parceria em Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe

parceiros **ACEP**, **Casa dos Direitos / Tiniguena – *Esta Terra é Nossa!*, FONG-STP** Federação das ONG em São Tomé e Príncipe, **PLATONG** Plataforma das ONGs de Cabo Verde

financiamento Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e União Europeia

Aprovado no final de 2023 pelo Camões, I.P., este novo projecto procura contribuir para o reforço de sinergias e potenciar a reflexão, o posicionamento e o trabalho conjunto entre redes de organizações da sociedade civil em Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe. A parceria inclui a ACEP, a Federação das ONG's em S. Tomé e Príncipe, a Casa dos Direitos da Guiné-Bissau (representada pela ONG Tiniguena) e a Plataforma das ONG's de Cabo Verde . O programa de trabalho inclui um programa de encontros, de reforço mútuo e de monitoria de políticas e de direitos, em rede entre os três países. O primeiro encontro realizou-se já, na Guiné-Bissau, no decurso da Quinzena dos Direitos, permitindo àquelas redes de ONGs de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe tomar contacto com uma iniciativa tão significativa de advocacia e influência que se realiza na Guiné-Bissau já desde 2012. Seguiu-se uma sessão de trabalho conjunta, na Cidade da Praia, sobre metodologia para a elaboração do documento *Tendências da Cooperação – Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Portugal*, tendo decorrido, nesse contexto, múltiplas reuniões com os parceiros, destinadas à discussão e validação da informação recolhida. Iniciou-se, também, o processo de redacção do relatório. A pesquisa procura também fazer uma ponte entre questões mais importantes do processo da cooperação desde as suas origens em cada país. O projecto, que terá a duração de três anos, visa promover uma maior articulação e complementaridade entre as redes de OSC dos três países, capacitá-las na área da *advocacy* e influência política e reforçar o reconhecimento da sociedade civil enquanto interlocutor com os decisores políticos.

CULTURA, CRIATIVIDADE E ECONOMIA

© Vanessa Rodrigues

Países de Língua Portuguesa / Futuros Criativos

FUTUROS CRIATIVOS

financiamento Camões – Instituto da Cooperação e da Língua

A Plataforma Futuros Criativos tem como objectivo central promover iniciativas criativas dos PALOP bem como divulgar oportunidades e notícias sobre o sector. Desde a sua criação, a plataforma foi visitada por cerca de 60.000 utilizadores, de geografias distintas, concentrando-se uma grande parte dos visitantes em países de língua oficial portuguesa. A newsletter mensal Futuros Criativos tem um alcance muito considerável, sendo assinada por 2.600 subscritores. Desde 2019, foram disseminados mais de 1.000 conteúdos na plataforma, desde notícias sobre o sector criativo nos seis países, até oportunidades de financiamento e formação. A plataforma alberga igualmente a secção PROCULTURA, divulgando as suas notícias, oportunidades e resultados. Até Abril de 2023, a plataforma foi apoiada financeiramente pela acção PROCULTURA, financiada pela União Europeia e pelo Camões. I.P.
Após um interregno muito considerável, em dezembro de 2024 a ACEP e o Camões IP assinaram um protocolo de colaboração com o objectivo de reforçar as condições de recolha e divulgação de notícias do sector nos PALOP e em Timor Leste, com a existência de antenas locais em cada um dos países e, simultaneamente, melhorar a divulgação de resultados acção PROCULTURA, cujo termo se prevê para final de 2025.

Guiné-Bissau / MORANSA DE KULTURA

parceiros **ACEP / Tiniguena** - ***Esta Terra é Nossa!***
financiamento **Camões- Instituto da Cooperação e da Língua**

A TINIGUENA e a ACEP viram aprovado no final de Dezembro de 2023v um novo projecto nos domínios da economia criativa, da cultura e do empreendedorismo, que procurará impulsionar o sector na Guiné-Bissau, a partir do reforço da Fundação cultural recém-criada, a MoAC Biss, da criação e dinamização de um polo cultural,

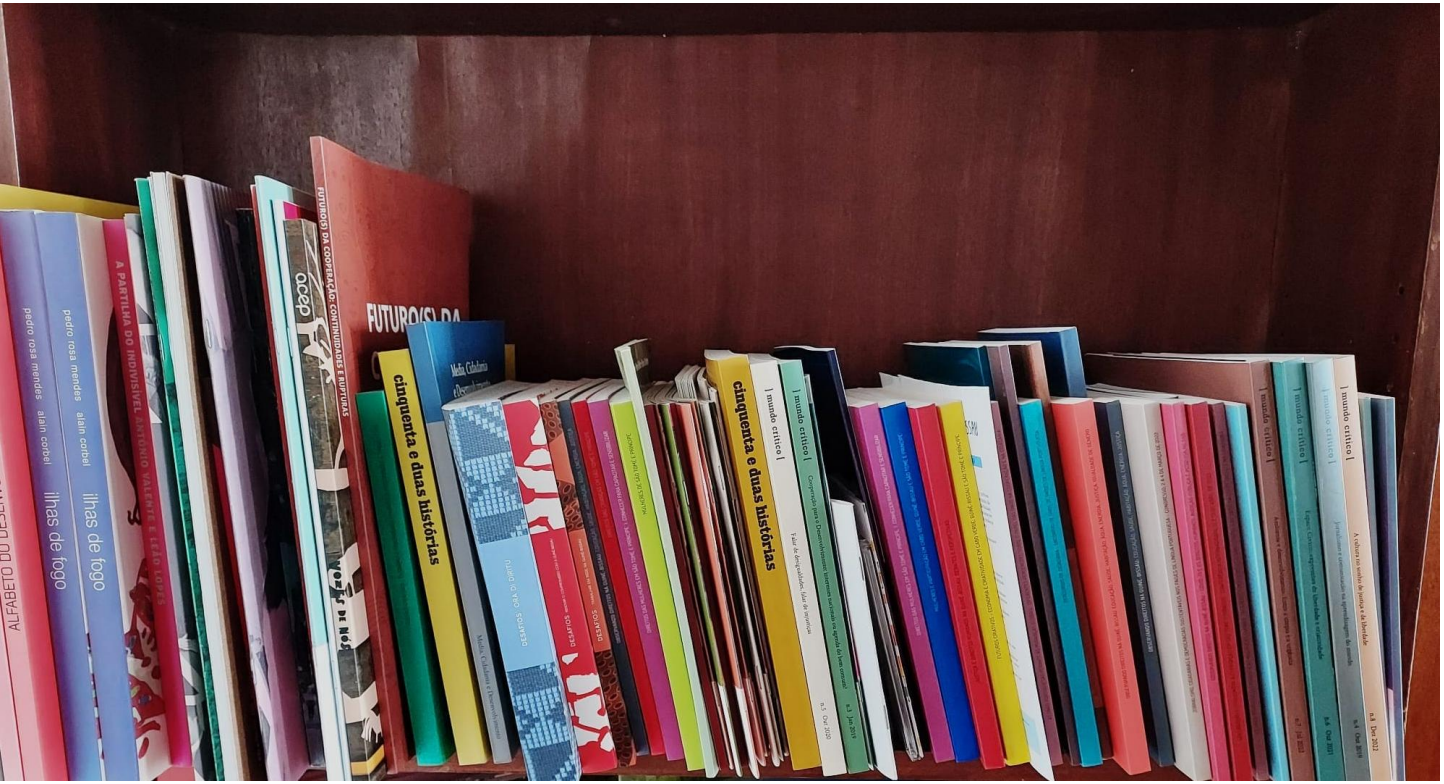
da organização da bienal internacional de arte e cultura e de processos de influência para melhorar o quadro jurídico de protecção a artistas nacionais. “Moransa de Kultura” inicia-se em Janeiro de 2025 e conta com o apoio financeiro do PROCERIS, promovido pelo Camões, IP.

Guiné-Bissau e Moçambique / Mulheres empreendedoras dos PALOP: Cultura, Inovação e Desenvolvimento

parceiros **ACEP**, **Tiniguena - *Esta Terra é Nossa!***, **Kaleidoscópio**

financiamento Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e União Europeia

No âmbito da recente linha de cofinanciamento da igualdade de género e empoderamento das mulheres, da iniciática do Camões I.P., a ACEP, em parceria com a Tiniguena, da Guiné-Bissau, e o Kaleidoscópio, de Moçambique, iniciou um projecto de três anos, que visa reforçar o reconhecimento social, cultural, político, e económico de experiências de empreendedorismo levadas a cabo por mulheres dos cinco PALOP. A iniciativa pretende ainda promover condições de diálogo e intercâmbio entre mulheres empreendedoras, reforçando o seu conhecimento mútuo e a sua inclusão em plataformas e redes internacionais especializadas. Foram mapeadas cerca de 120 iniciativas selecionadas de acordo com critérios definidos, na área do empreendedorismo, com recurso à cultura e/ou inovação e dinamizadas por mulheres nos PALOP. Foram também organizados intercâmbios a nível nacional em Moçambique, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.
Vai ser organizado mais um encontro entre mulheres empreendedoras em Cabo Verde e no mês de setembro de 2025, em Lisboa, um intercâmbio final entre mulheres dos cinco países, em diálogo com entidades portuguesas e mulheres e organizações da diáspora. Foram realizados vídeos por cada um dos PALOP, resultantes dos projectos mapeados mais significativos e foram produzidos os materiais necessários para uma exposição. Ambas as iniciativas vão ser apresentadas no intercâmbio final a decorrer em Lisboa.

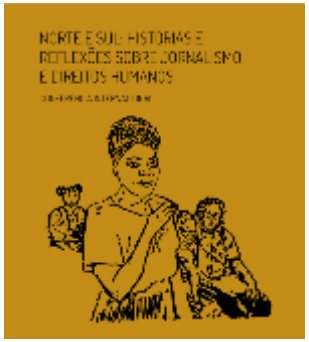

A Cultura no centro do direito à cidade
Legado: Construção e desenvolvimento de iniciativas de sucesso
Fazer de Moçambique, Lugar de Inovação
Cooperação para o Desenvolvimento: Perspectivas europeias e africanas
Cinquenta e duas histórias
Cinquenta e duas histórias
Mulheres Cabaneiras
Mulheres Cabaneiras
Mulheres Cabaneiras

REVISTAS E LIVROS

A ACEP, no âmbito da sua intervenção, tem procurado sempre sistematizar experiências e contribuir para a construção de conhecimento na área do Desenvolvimento e da Cooperação. Na maior parte das vezes, trata-se de processos colectivos, que envolvem parceiros, colaboradores, pessoas-recurso, instituições convidadas, cruzando várias áreas de intervenção e do conhecimento, assim como diferentes geografias.

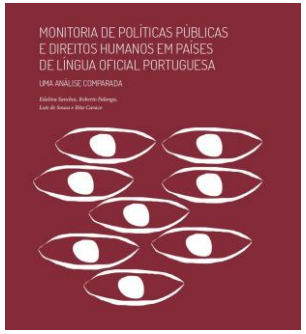
Lançada na sede do Camões, I.P. a décima edição da revista **Mundo Crítico** incluiu a continuação da conversa imperfeita teve lugar entre a investigadora italiana Sara de Simone e o especialista em desenvolvimento e acção humanitária Pedro Rosa Mendes, com a moderação do jornalista português Nuno Ramos de Almeida. prolongaram a reflexão apresentada na conversa imperfeita publicada na revista, à volta do tema Desenvolvimento e paz em tempos de conflitos.

A publicação reúne as intervenções realizadas durante a conferência de abertura da V Quinzena da Cidadania, em São Tomé e Príncipe, que teve como tema central a importância de uma cultura de direitos. A conferência contou com a participação do escritor e poeta angolano Ondjaki, da jornalista e cineasta santomense Katya Aragão, da jurista e activista social Domitilia Trovoada e da investigadora Livia Apa. A Quinzena da Cidadania é uma iniciativa da ACEP, em parceria com a a FONG-STP, a ASMJ e a AJS, e conta com o apoio da Cooperação Portuguesa e da União Europeia.



Durante o mês de maio a ACEP organizou a publicação de Norte e Sul. Histórias e Reflexões sobre Jornalismo e Direitos Humanos que recolhe as intervenções dos participantes da Conferência Internacional realizada no dia 5 de março em Bissau. O volume inclui também o Manual de formação em direitos humanos elaborado pela jornalista moçambicana Zenaida Machado, que participou no debate e promoveu uma oficina com jornalistas guineenses, no âmbito da Quinzena dos Direitos.

No âmbito dos projectos "Melhor Governação, Mais Direitos, Mais Cidadania" e "Observatório das Políticas e Governação", apoiados pela UE e pelo Camões IP, foi produzido um manual sobre comunicação de ONG para a mudança social. A partir do Caderno da Cidadania nº10, a responsável de comunicação e advocacy da ACEP, Ana Filipa Oliveira, dinamizou uma oficina de três dias, nos quais abordou a definição de um plano de comunicação, a relação com os jornalistas e a utilização das redes sociais para melhor comunicar o trabalho das OSC e promover a mudança social.



A ACEP e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/ULisboa) organizaram um encontro entre responsáveis de OSC de diferentes países de língua portuguesa e investigadores de centros de investigação portugueses sobre iniciativas de monitoria de políticas públicas e de direitos humanos. O encontro foi o culminar de um projecto de mapeamento de iniciativas deste tipo que foi realizado ao longo dos últimos meses, com financiamento do Camões, I.P. Esta é a publicação dos resultados do projecto.

PLATAFORMAS DIGITAIS

A ACEP tem continuado a explorar as potencialidades da comunicação electrónica, seja através da participação nas redes sociais, seja com a criação de espaços, sob o formato de blogue, expressamente concebidos para objectivos muito concretos. Este tipo de recursos pretende assim responder a dois tipos de necessidades: - por um lado, as relativas às actividades de projectos, tornando acessíveis as suas iniciativas e resultados e,
- por outro, as necessidades de abrir a casa e as suas actividades ao escrutínio externo, através da partilha de informação de diversos tipos com um público mais amplo, tanto de pessoas individuais como de instituições.

_ www.acep.pt - um sítio onde se pode encontrar informação institucional sobre a ACEP e ligações com os projectos
O site da ACEP foi reformulado em 2016 de forma a corresponder mais a um espaço institucional articulado com os espaços virtuais de projectos e iniciativas

_ Redes Sociais

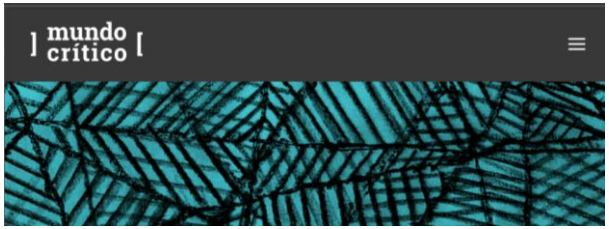
www.facebook.com/ACEP.ONGD
www.twitter.com/ACEP_ongd
www.youtube.com/user/ACEPONGD
www.linkedin.com/company/72398552

_ Cantos do Sul - a newsletter da acep

A *newsletter* institucional da ACEP é um dos principais instrumentos de comunicação utilizado pela ACEP para divulgar as suas actividades. Ler mais

_Mundo Crítico

https://www.mundocritico.org/



_ Futuros Criativos
www.futuroscriativos.org

_ Alfabeto do Desenvolvimento
www.projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento

_Direitos das Mulheres em Cabo Verde, Guiné-Bissau e STP
www.direitos-mulheres.wixsite.com/projecto

_52 Histórias (uma agenda perpétua)
www.52historias.blosgpot.com

_Aquele Outro Mundo que é o Mundo
www.projectomedia.wix.com/aqueleoutromundo

_ Casa dos Direitos / Guiné-Bissau
www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com

_ Sociedade Civil STP
www.sociedadecivilstp.blogspot.com

_ Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento
www.cooperacao-desenvolvimento.blogspot.com

_ Vozes de Nós
www.vozes-de-nos.blogspot.com

_ Observatório dos Direitos
www.observatoriodireitos-guinebissau.blogspot.pt

_ Jornalistas da Guiné-Bissau: *Storias di djintis di rispitu (*)*
www.jornalistasdaguinebissau.org

(*) suspenso para ser integrado uma plataforma sobre mulheres a criar em 2025

A ACEP E OS SEUS RECURSOS

QUICA BELO

A 11 de Setembro morreu a Fátima Belo, a Quica, fundadora e dirigente da ACEP ao longo dos anos. A sua inteligência, a sua rectidão, a sua empatia e ao mesmo tempo a capacidade de indignação, vão fazer-nos muita falta. O desafio que representa o projecto do novo espaço, de portas mais abertas à cidade, e aos que nela vivem ou por ela passam, queremos que seja a forma de homenagem da equipa da ACEP. E representará a afirmação dos valores fundadores e o compromisso de continuar.

NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS ELEITOS EM AG

A ACEP elegeu novos órgãos sociais para o triénio 2024/2026. Esta nova configuração reflecte as discussões internas do processo de planeamento estratégico, que sugerem uma mudança do modelo de governança, que inclui uma direcção executiva colegial e o reforço dos órgãos, com colaboradores de referência ao nível da sociedade e das suas áreas de especialidade.

Conselho Directivo
Fátima Proença (presidente)
Ana Filipa Oliveira
Lívia Apa
Nelson Dias
Orlando Garcia
Pedro Rosa Mendes
Rita Cavaco (*)

Mesa da Assembleia-Geral
Rosana Albuquerque (Presidente)
Carlos Sangreman
Luísa Bugalho

Conselho Fiscal
António Zózimo (Presidente)
Ana Pinheiro
André Nabais

(*) Apresentou a demissão no final do ano por ter assumido funções que suscitavam incompatibilidade

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Ao nível financeiro o ano de 2023 foi o ano da retoma, pós pandemia, mas ainda não o ano do reequilíbrio. Os novos recursos financeiros recebidos em 2023 duplicaram face a 2022 e recuperaram os níveis pré-pandemia. A parte dos recursos públicos portugueses não ultrapassam os 50%, o que denota uma crescente diversidade de fontes. No entanto, a maioria esmagadora desses recursos entraram na ACEP no último trimestre, não tendo por isso impacto nos valores executados nesse ano e na cobertura das despesas da totalidade do ano. Por outro lado, alguns recursos financeiros que deveriam ter sido recebidos com efeito a partir do 2.º trimestre não foram contratualizados até final do ano, transitando para 2024 e uma prestação de serviços importante acordada não teve as condições de execução que esperávamos.

Fundos	%	2020 (€)	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Fundos públicos portugueses	63	215.014	46	274.000	53	157.099	79	223.790	50	267.472	70
Fundos europeus	16	204.302	43	207.586	41	13.210	7	139.854	31	52.480	14
Fundos multilaterais	7	-	-	-	-	-	-	-	-	18.868	5
Fundos privados e fundos próprios	14	52.014	11	30.546	6	28.115	14	86248	19	43.592	11
Total	100	471.330	100	512.132	100	198.424	100	449.892	100	382.412	100

Como resultado destes diferentes movimentos, e das limitações de alguns deles, a ACEP foi capaz de reduzir o nível de resultado negativo de 2022 (tinha sido aproximadamente de 22.000€) para cerca de metade em 2023, o que é sinal claro de retoma. Não foi ainda nesse ano possível recuperar o equilíbrio pretendido.
O ano de 2024 representa por isso a retoma do equilíbrio financeiro existente antes da pandemia, tendo voltado a registar um saldo positivo, mesmo que modesto, e que se situou nos 792,11€.
O nível de execução financeira dos projectos aumentou consideravelmente face e ao ano anterior e total do activo aumentou também para 1 066 156,98 € (1 004 220,92 € em 2023).

BALANÇO E DEMONSTRA-ÇÃO DOS RESULTADOS

ACEP - Associação Para A Cooperação Entre Povos

NIPC: 502 514 175

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		40 421,59	85 522,69
Subsidios, doações e legados à exploração	8	397 479,09	223 869,79
Fornecimentos e serviços externos	9	(338 044,73)	(240 303,26)
Gastos com pessoal	10	(99 374,09)	(87 366,90)
Outros rendimentos e ganhos		2 450,76	5 486,82
Outros gastos e perdas		(2 140,51)	(1 171,93)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**792,11**	**(13 962,79)**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**792,11**	**(13 962,79)**
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		**792,11**	**(13 962,79)**
Imposto sobre o rendimento do exercício			
Resultado liquido do período		**792,11**	**(13 962,79)**

Contab. Certif. Nº 80072

LAlves

A Direcção

ACEP - Associação Para A Cooperação Entre Povos
NIPC: 502 514 175

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2024	31/12/2023
ACTIVO			
Activos fixos tangíveis	5.1	0,00	0,00
		0,00	0,00
Activo corrente			
Inventários		10 436,66	10 708,53
Clientes		0,00	0,00
Estado e outros Entes públicos		1 744,26	2 274,83
Outras contas a receber	8	1 018 799,24	861 113,90
Diferimentos		0,00	663,29
Caixa e depósitos bancários	4.2	35 176,82	129 460,37
Subtotal		1 066 156,98	1 004 220,92
Total do Activo		**1 066 156,98**	**1 004 220,92**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais	6		
Resultados transitados		(21 844,05)	(7 881,26)
Resultado Liquido do período		792,11	(13 962,79)
Total do fundo de capital		**(21 051,94)**	(21 844,05)
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	7.1	4 984,25	4 044,21
Estado e outros Entes públicos		5 534,65	5 110,80
Outras contas a pagar	7.1	568,50	650,67
Outros passivos financeiros/diferimentos	8	1 076 121,52	1 016 259,29
Subtotal		1 087 208,92	1 026 064,97
Total do Passivo		**1 087 208,92**	**1 026 064,97**
Total dos fundos próprios e do passivo		**1 066 156,98**	**1 004 220,92**

Contab. Certif. Nº 80072

LAlves

A Direcção

© 2025 **ACEP** Associação para a Cooperação Entre os Povos
Rua da São Bento, 222
1200 – 821 Lisboa
www.acep.pt | www.facebook.com/ACEP.ONGD